



# **RELATO INTEGRADO**

## **2022**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

## Apresentação

---

O Tribunal Regional Eleitoral do Acre, com a competência que lhe é atribuída pelo art. 96, inciso I, alínea “a”, da Constituição Federal e pelos arts. 29 e 30 da Lei nº 4.737, de 15/7/1965 (Código Eleitoral), é um órgão do segmento especializado Justiça Eleitoral, componente do Poder Judiciário da União, com sede na Alameda Ministro Miguel Ferrante, 224, Bairro Portal da Amazônia – Rio Branco/AC.

Tem por missão garantir a legitimidade do processo eleitoral.

Tendo como visão de futuro ser reconhecido, pela sociedade acreana, como uma justiça ágil na garantia dos direitos e no fortalecimento da democracia por meio de um processo eleitoral efetivo, seguro e transparente.

Realiza, dentre outras atribuições, o alistamento, a organização dos pleitos eleitorais, a fiscalização da propaganda eleitoral, a apuração dos votos, a diplomação dos eleitos, julga os crimes eleitorais, as ações objetivando a cassação do registro, do diploma ou do mandato dos candidatos eleitos ou a declaração de inelegibilidade.

O TRE/AC possui jurisdição em todo o Estado do Acre, e se divide em 9 zonas eleitorais. Na capital existe um fórum eleitoral onde funcionam os cartórios das 1ª e 9ª zonas, a sede das outras sete estão distribuídas da seguinte forma: 2ª Xapuri, 3ª Sena Madureira, 4ª Cruzeiro do Sul, 5ª Tarauacá, 6ª Brasília, 7ª Feijó e 8ª Senador Guimard. Nos demais municípios, que não possuem Cartório Eleitoral, existe um Posto de Atendimento ao Eleitor.

# Base para a preparação das demonstrações contábeis e notas explicativas

---

As Demonstrações Contábeis (DCON) do Tribunal foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964 e 10.180/2001, dos Decretos n.º 93.872/1986 e 6.976/2009, às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT TSP) e às orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 9ª edição.

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações das contas contábeis da unidade gestora 070002 – Tribunal Regional Eleitoral do Acre, administração direta, que é integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro.

## RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

Considerando as premissas dos normativos vigentes e do modelo do PCASP, a seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotadas no Tribunal Regional Eleitoral do Acre:

### a. Moeda funcional

A moeda funcional do Tribunal Regional Eleitoral do Acre é o Real, tendo em vista o disposto no item 5, alínea “a”, da ITG 2000 – Escrituração Contábil, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução CFC nº 1.330, de 18 de março de 2011, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.069, de 29 de junho 1995. Não há saldos registrados em moeda estrangeira.

### b. Caixa e equivalentes de caixa

São os valores em caixa (“conta única”), representada pelas contas de Limite e Saque com Vinculação de Pagamento, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis, cuja contrapartida é uma conta de resultado.

### c. Créditos e valores a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo, mensurados pelo valor original, relacionados, principalmente, a: (i) valores de adiantamento referentes à folha de pagamento, (ii) à concessão de Suprimento de Fundos e (iii) créditos a receber por devolução de despesas.

### d. Estoques

Compreendem o saldo dos materiais em almoxarifado. Na entrada os bens são avaliados pelo valor de aquisição e na saída pelo custo médio ponderado, conforme determinação do art. 106 da Lei nº 4.320/1964 e NBC TSP 04/2016.

### e. Despesas pagas antecipadamente

Representa o pagamento de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo, os quais são registrados observando a competência e oportunidade, por seu valor original.

### f. Imobilizado

O Ativo Imobilizado do Tribunal é contabilizado de acordo com a NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado. Os bens classificados como ativo imobilizado são os móveis e imóveis, incluindo os gastos adicionais ou

complementares. Eles são inicialmente mensurados com base no valor de aquisição, produção ou construção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão sistemática durante esse período, sem prejuízo das exceções, bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Os bens recebidos em doação (em regra, encaminhados por outros TRES ou pelo TSE) são registrados pelos valores brutos contabilizados pelo doador, sendo a depreciação acumulada também levada ao imobilizado, em contrapartida, respectivamente, à receita e despesa do exercício.

**Bens Móveis:** Os bens móveis do ativo imobilizado são depreciados, em observância ao estabelecido nas normas de contabilidade e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP da Secretaria do Tesouro Nacional e seus respectivos valores são contabilizados mensalmente durante o exercício. A metodologia de cálculo da depreciação é o de quotas constantes, calculadas sobre valores compatíveis com a vida útil do bem, em percentuais aplicados uniformemente, registrados como variação patrimonial diminutiva, e, no balanço patrimonial, representada em conta redutora do ativo não-circulante.

**Bens Imóveis:** Os bens imóveis têm o cadastramento inicial realizado pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) a qual não se aproveita apenas do custo efetivo da construção, utilizando-se também de outros parâmetros de avaliação e análise de preço. A reavaliação ou atualização dos valores destes imóveis é realizada a partir do sistema SPIUnet mediante o preenchimento de informações pela Seção de Obras e Manutenção de Imóveis com base nos parâmetros de mercado e do sistema.

- a. Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.
- b. Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

#### **g. Depreciação, amortização ou exaustão:**

Este Tribunal aplica as disposições contidas nas NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado e NBT TSP 08 – Ativo Intangível.

As informações da depreciação dos bens móveis e amortização dos intangíveis são apuradas pelo Sistema Integrado de Gestão (ASI).

A base de cálculo para a depreciação e amortização é o custo do ativo imobilizado/intangível, deduzido do valor residual, quando houver.

A metodologia de cálculo da depreciação adotada é a das quotas constantes, também conhecida como depreciação linear.

A vida útil econômica e o valor residual utilizados para os bens são os constantes da tabela do Manual SIAFI - Macrofunção 02.03.30 (as taxas de depreciação foram calculadas dividindo-se o valor depreciável do bem pela sua vida útil, obtendo-se a taxa anual de depreciação daquele bem) com exceção das urnas eletrônicas, classificadas como equipamento de processamento de dados, mas que possuem vida útil distinta daquela prevista na tabela da Macrofunção SIAFI, visto que são bens singulares na Justiça

Eleitoral, possuem vida útil estimada de 10 anos, conforme estudo técnico realizado por equipe do Tribunal Superior Eleitoral.

A apuração relativa aos bens imóveis ocorre pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União (SPIUnet).

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$ , onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

#### **h. Passivo**

São as obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade, evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. No Tribunal, as suas maiores obrigações são as trabalhistas, previdenciárias e com fornecedores.

#### **i. Resultado Patrimonial**

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). Tanto VPA quanto VPD seguem o regime de competência, a primeira é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos fluirão e a segunda quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para a entidade, implicando saída de recursos ou redução de ativo e aumento de passivo. A apuração do resultado ocorre pelo encerramento das contas de VPA e VPD em contrapartida a uma conta de apuração. Após isso, o resultado é transferido para a conta de superávit/déficit do exercício.

**j. Ativo Contingente**

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

**k. Resultado Orçamentário**

O regime orçamentário do TRE-AC segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964 e determina que pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. Assim, o resultado orçamentário constitui a diferença entre receitas realizadas e despesas empenhadas e é apresentado no Balanço Orçamentário.

**l. Resultado Financeiro**

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, e é apresentado no Balanço Financeiro.

## Declaração do contador

---

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2022 do Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE/AC).

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2022 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2022, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto os assuntos mencionados a seguir:

- a) O inventário para aferir a quantidade e o estado de conservação dos bens móveis não foi concluído a tempo de ser registrado antes do encerramento do exercício, não obstante a Portaria GAPRES 0552997 ter estabelecido a conclusão para o dia 28/12/2022. O procedimento tornou a ser impulsionado pelo Secretário de Administração e Orçamento, Diretor Geral em Exercício, em janeiro/2023 para que a Comissão inventariante informasse acerca do andamento dos trabalhos, todavia a não conclusão no ano de 2022 prejudica a adequada verificação dos quantitativos e valores registrados no ativo imobilizado;
- b) Não foram calculadas e registradas as despesas de depreciação relativas as urnas eletrônicas modelo 2020 referente aos meses de setembro a dezembro/2022. O cálculo daquele quadrimestre foi realizado apenas em janeiro/2023
- c) Não houve a baixa da conta do ativo no valor de R\$ 99.000,00 empregado no acordo de cooperação técnica entre o Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC) e a Universidade Federal do Pará (UFPA) a fim de implantar neste Tribunal modelo de gestão por competência.

Rio Branco-AC, 10 de fevereiro de 2023.

Igor Chaves de Medeiros  
CRC nº 001582/O-6  
Contador Responsável

## Demonstrações Contábeis

### BALANÇO PATRIMONIAL (BP)

#### Quadro principal

Em R\$ 1,00

ATIVO	NE	2022	2021	PASSIVO	NE	2022	2021
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>1.204.689,01</b>	<b>1.043.782,15</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>1.586.981,93</b>	<b>1.453.602,33</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	569.938,37	393.177,93	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pag. a Curto Prazo	9	1.342.877,45	1.389.505,42
Créditos a Curto Prazo	2	226.750,97	227.221,86	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	10	37.359,70	49.646,65
Estoques	3	396.492,60	379.281,40	Demais Obrigações a Curto Prazo	11	206.744,78	14.450,26
VPDs Pagas Antecipadamente	4	11.507,07	44.100,96				
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>87.855.723,86</b>	<b>76.661.769,78</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
Imobilizado	5	87.522.675,91	<b>76.328.721,83</b>				
Bens Móveis	6	16.227.524,95	7.881.928,55	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>87.473.430,94</b>	<b>76.251.949,60</b>
Bens Móveis		27.495.818,45	17.486.811,47	<b>Resultados Acumulados</b>		<b>87.473.430,94</b>	<b>76.251.949,60</b>
(-) Depreciação Acum. de Bens Móveis		-11.268.293,50	-9.604.882,92	Resultado do Exercício		11.666.955,07	9.287.014,24
Bens Imóveis	7	71.295.150,96	68.446.793,28	Resultados de Exercícios Anteriores		76.251.949,60	66.735.446,54
Bens Imóveis		71.333.874,12	68.819.866,91	Ajustes de Exercícios Anteriores	12	-445.473,73	229.488,82
(-) Depreciação Acum. de Bens Imóveis		-38.723,16	-373.073,63				
<b>Intangível</b>	<b>8</b>	<b>333.047,95</b>	<b>333.047,95</b>				
Softwares		582.795,95	582.795,95				
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-249.748,00	-249.748,00				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>89.060.412,87</b>	<b>77.705.551,93</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>89.060.412,87</b>	<b>77.705.551,93</b>

**Quadro de ativos e passivos financeiros e permanentes**

<b>ATIVO</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	569.938,37	393.177,93	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	5.117.130,21	5.115.435,23
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	88.490.474,50	77.312.374,00	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	1.340.867,26	1.386.351,87
			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>82.602.415,40</b>	<b>71.203.764,83</b>

**Quadro de ativos e passivos financeiros e permanentes**

<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>185.211,60</b>	<b>2.915.280,44</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	9.590.495,22	6.490.748,44
Atos Potenciais Ativos	185.211,60	2.915.280,44	Atos Potenciais Passivos	9.590.495,22	6.490.748,44
Garantias e Contragarantias Recebidas	185.211,60	2.915.280,44	Obrigações Conveniadas e Outros Instr. Congêneres	800,00	800,00
			Obrigações Contratuais	9.589.695,22	6.489.948,44
<b>TOTAL</b>	<b>185.211,60</b>	<b>2.915.280,44</b>	<b>TOTAL</b>	<b>9.590.495,22</b>	<b>6.490.748,44</b>

**Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial**

<b>DESTINAÇÃO DE RECURSOS</b>	<b>SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO</b>
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>-4.546.719,39</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>-472,45</b>
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-472,45
<b>TOTAL</b>	<b>-4.547.191,84</b>

## DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

R\$ 1,00

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	NE	2022	2021
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>		<b>79.986.853,31</b>	<b>123.157.246,75</b>
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>		<b>2.686,20</b>	<b>3.414,20</b>
Juros e Encargos de Mora		2.686,20	3.414,20
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>		<b>72.389.554,87</b>	<b>66.972.641,47</b>
Transferências Intragovernamentais	13	71.759.378,23	61.952.428,86
Outras Transferências e Delegações Recebidas	14	630.176,64	5.020.212,61
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>		<b>7.220.381,42</b>	<b>55.902.867,17</b>
Reavaliação de Ativos	15	2.260.193,54	-
Ganhos com Alienação		-	41.991,64
Ganhos com Incorporação de Ativos	14	4.960.187,88	55.860.875,53
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	16	<b>374.230,82</b>	<b>278.323,91</b>
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		374.230,82	278.323,91
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>		<b>68.319.898,24</b>	<b>113.870.232,51</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	17	<b>43.023.625,26</b>	<b>38.904.939,11</b>
Remuneração a Pessoal		32.953.506,18	30.997.645,72
Encargos Patronais		5.001.645,29	5.094.772,34
Benefícios a Pessoal		1.778.600,09	1.694.303,56
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		3.289.873,70	1.118.217,49
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>		<b>8.141.776,77</b>	<b>6.466.199,23</b>
Aposentadorias e Reformas		4.424.532,67	3.949.144,59
Pensões		1.345.593,60	1.286.924,26
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		2.371.650,50	1.230.130,38
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	18	<b>15.286.413,08</b>	<b>7.407.505,31</b>
Uso de Material de Consumo		1.725.561,59	265.366,00
Serviços		11.907.896,30	5.962.764,71
Depreciação, Amortização e Exaustão		1.652.955,19	1.179.374,60
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>		<b>73,27</b>	<b>-</b>
Juros e Encargos de Mora		73,27	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	19	<b>486.434,94</b>	<b>3.829.064,61</b>
Transferências Intragovernamentais		375.697,39	502.619,63
Outras Transferências e Delegações Concedidas		110.737,55	3.326.444,98
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>		<b>1.287.622,50</b>	<b>57.171.824,15</b>
Desincorporação de Ativos	20	1.287.622,50	57.171.824,15
<b>Tributárias</b>		<b>46.122,54</b>	<b>35.363,70</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		10.677,27	7.863,72
Contribuições		35.445,27	27.499,98
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>		<b>47.829,88</b>	<b>55.336,40</b>
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		47.829,88	55.336,40
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>21</b>	<b>11.666.955,07</b>	<b>9.287.014,24</b>

## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)

R\$ 1,00

RECEITA							
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO		
DEFICIT	22	-	-	71.779.798,65	71.779.798,65		
TOTAL		-	-	71.779.798,65	71.779.798,65		
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS		-	304.158,00	-	-304.158,00		
Créditos Cancelados		-	304.158,00	-	-		
DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		55.427.761,00	54.887.919,00	66.629.770,14	64.233.404,06	64.044.064,75	-11.741.851,14
Pessoal e Encargos Sociais		42.337.502,00	42.849.576,00	46.531.719,30	44.589.817,68	44.569.998,30	-3.682.143,30
Outras Despesas Correntes		13.090.259,00	12.038.343,00	20.098.050,84	19.643.586,38	19.474.066,45	-8.059.707,84
DESPESAS DE CAPITAL		4.314.863,00	5.158.863,00	5.150.028,51	2.908.986,07	2.908.321,50	8.834,49
Investimentos		4.314.863,00	5.158.863,00	5.150.028,51	2.908.986,07	2.908.321,50	8.834,49
SUBTOTAL DAS DESPESAS		59.742.624,00	60.046.782,00	71.779.798,65	67.142.390,13	66.952.386,25	-11.733.016,65
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		59.742.624,00	60.046.782,00	71.779.798,65	67.142.390,13	66.952.386,25	-11.733.016,65
<b>TOTAL</b>	23	<b>59.742.624,00</b>	<b>60.046.782,00</b>	<b>71.779.798,65</b>	<b>67.142.390,13</b>	<b>66.952.386,25</b>	<b>-11.733.016,65</b>

**ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**

R\$ 1,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>2.982,22</b>	<b>994.938,61</b>	<b>689.264,00</b>	<b>689.264,00</b>	<b>59.970,96</b>	<b>248.685,87</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	675.212,58	445.646,52	445.646,52	-	229.566,06
Outras Despesas Correntes	2.982,22	319.726,03	243.617,48	243.617,48	59.970,96	19.119,81
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.171.713,07</b>	<b>2.923.482,49</b>	<b>3.959.680,64</b>	<b>3.932.947,31</b>	<b>135.514,92</b>	<b>26.733,33</b>
Investimentos	1.171.713,07	2.923.482,49	3.959.680,64	3.932.947,31	135.514,92	26.733,33
<b>TOTAL</b>	<b>1.174.695,29</b>	<b>3.918.421,10</b>	<b>4.648.944,64</b>	<b>4.622.211,31</b>	<b>195.485,88</b>	<b>275.419,20</b>

**ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS**

R\$ 1,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>12.544,81</b>	<b>5.125,40</b>	<b>5.267,60</b>	-	<b>12.402,61</b>
Pessoal e Encargos Sociais	6.071,01	-	-	-	6.071,01
Outras Despesas Correntes	6.473,80	5.125,40	5.267,60	-	6.331,60
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>2.273,51</b>	-	<b>2.273,51</b>	-	-
Investimentos	2.273,51	-	2.273,51	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>14818,32</b>	<b>5.125,40</b>	<b>7.541,11</b>	-	<b>12.402,61</b>

## BALANÇO FINANCEIRO (BF)

R\$ 1,00

INGRESSOS	NE	2022	2021	DISPÊNDIOS	NE	2022	2021
<b>Receitas Orçamentárias</b>		-	-	<b>Despesas Orçamentárias</b>		<b>71.779.798,65</b>	<b>56.663.822,99</b>
<b>Ordinárias</b>		-	-	<b>Ordinárias</b>		<b>65.837.246,81</b>	<b>50.215.671,87</b>
<b>Vinculadas</b>		-	-	<b>Vinculadas</b>		<b>5.942.551,84</b>	<b>6.448.151,12</b>
Previdência Social (RPPS)		-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)		-	1.212.082,23
<b>(-) Deduções da Receita Orçamentária</b>		-	-	Previdência Social (RPPS)		5.275.757,00	5.236.068,89
				Outros Rec. Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		666.794,84	-
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	24	<b>71.759.378,23</b>	<b>61.952.428,86</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>		<b>375.697,39</b>	<b>502.619,63</b>
Resultantes da Execução Orçamentária		68.331.349,56	56.594.415,62	Resultantes da Execução Orçamentária		-	-
Sub-repasse Recebido		68.331.349,56	56.594.415,62	Independentes da Execução Orçamentária		375.697,39	502.619,63
Independentes da Execução Orçamentária		3.428.028,67	5.358.013,24	Movimento de Saldos Patrimoniais		375.697,39	502.619,63
Transferências Recebidas p/ Pagamento de RP		3.428.028,67	5.355.713,24	Aporte ao RPPS		-	-
Demais Transferências Recebidas			800,00	Aporte ao RGPS		-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais			1.500,00				
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	25	<b>5.266.148,94</b>	<b>4.459.087,53</b>	<b>Pagamentos Extraorçamentários</b>	26	<b>4.693.270,69</b>	<b>9.087.578,29</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		190.003,88	4.135,40	Pagamento dos Restos a Pagar Processados		7.541,11	356.435,30
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		4.637.408,52	3.918.421,10	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		4.622.211,31	8.682.073,25
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		63.039,15	35.411,40	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		63.518,27	49.069,74
Outros Recebimentos Extraorçamentários		375.697,39	501.119,63	Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	-
Arrecadação de Outra Unidade		375.697,39	501.119,63				
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>		<b>393.177,93</b>	<b>235.682,45</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>		<b>569.938,37</b>	<b>393.177,93</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		393.177,93	235.682,45	Caixa e Equivalentes de Caixa		569.938,37	393.177,93
<b>TOTAL</b>		<b>77.418.705,10</b>	<b>66.647.198,84</b>	<b>TOTAL</b>		<b>77.418.705,10</b>	<b>66.647.198,84</b>

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>7.020.302,76</b>	<b>9.688.401,07</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>72.198.114,77</b>	<b>62.488.959,89</b>
<b>Outros Ingressos Operacionais</b>	<b>72.198.114,77</b>	<b>62.488.959,89</b>
Ingressos Extraorçamentários	63.039,15	35.411,40
Transferências Financeiras Recebidas	71.759.378,23	61.952.428,86
Arrecadação de Outra Unidade	375.697,39	501.119,63
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-65.177.812,01</b>	<b>-52.800.558,82</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-59.762.710,53</b>	<b>-47.073.611,80</b>
Judiciário	-54.110.643,50	-41.837.542,91
Previdência Social	-5.652.067,03	-5.236.068,89
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-4.975.885,82</b>	<b>-5.175.257,65</b>
Intragovernamentais	-4.975.885,82	-5.175.257,65
<b>Outros Desembolsos Operacionais</b>	<b>-439.215,66</b>	<b>-551.689,37</b>
Dispêndios Extraorçamentários	-63.518,27	-49.069,74
Transferências Financeiras Concedidas	-375.697,39	-502.619,63
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-6.843.542,32</b>	<b>-9.530.905,59</b>
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-6.843.542,32</b>	<b>-9.530.905,59</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	-6.843.542,32	-9.528.787,11
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-2.118,48
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>176.760,44</b>	<b>157.495,48</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>393.177,93</b>	<b>235.682,45</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>569.938,37</b>	<b>393.177,93</b>

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)

em R\$ 1,00

Especificação	Valor
<b>Saldo Inicial do Exercício 2022</b>	<b>76.251.949,60</b>
Ajustes de Exercícios Anteriores	-445.473,73
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>11.666.955,07</b>
<b>Saldo Final do Exercício 2022</b>	<b>87.473.430,94</b>

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

### BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é um quadro com duas seções: Ativo e Passivo, representando, respectivamente, os bens e direitos e as obrigações, comparando os saldos do exercício base (2022) com o do anterior (2021).

Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pelo Tribunal, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro.

O patrimônio líquido (PL) representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos exigíveis. O saldo positivo representa uma situação patrimonial favorável ou superavitária, enquanto o saldo negativo representa uma situação patrimonial desfavorável ou deficitária.

### ATIVO

#### NOTA 01 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Apresenta a soma dos valores disponíveis na conta única do Tesouro Nacional - limite de saque -, utilizados para pagamento das despesas desta unidade, e os depósitos em caução efetivados por fornecedores de bens e/ou serviços a título de garantia contratual.

As cauções em dinheiro são obrigatoriamente depositadas na Caixa Econômica Federal, em 2022 houve a devolução da única garantia contratual nessa modalidade, restando zerado o saldo dessa conta em 2022.

	em R\$ 1,00		
<b>Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>AH(%)</b>
Caixa Econômica Federal - Caução	0,00	479,12	-100,00%
Limite de saque com vinculação de pagamento	569.938,37	392.698,81	45,13%
<b>Total</b>	<b>569.938,37</b>	<b>393.177,93</b>	<b>44,96%</b>

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021.

\*Limite de saque com vinculação de pagamento. Para fins de apuração do valor passível e inscrição em restos a pagar é considerado, em conjunto com saldo registrado na conta limite de saque, a quantia prevista na conta "8.2.2.2.4.01.01 - Recebimento de RP Autorizado – Inscrição", em 2022 foi de R\$ 4.548.926,84, e que em 2021 foi de R\$ 4.799.618,46.

	em R\$ 1,00	
<b>Limite de saque com vinculação - composição</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
00 Recursos Ordinários	460.397,66	314.699,47
27 Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	107.167,53	75.626,16
50 Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	1.735,00	1.735,00
90 Recursos Diversos	638,18	1.117,30
<b>Total</b>	<b>569.938,37</b>	<b>393.177,93</b>

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021.

A variação de 45,13% reflete um aumento nos recursos financeiros, mantidos na conta Limite de Caixa com Vinculação de Pagamento, destinados ao pagamento de despesas inscritas em Restos Pagar no encerramento do exercício de 2022, bem como as reinscritas de exercícios anteriores, tendo em vista a necessidade de pagamentos de obrigações diversas com vencimento no início do exercício de 2023.

## NOTA 02 – CRÉDITOS A CURTO PRAZO

O grupo de contas Créditos a curto prazo é composto de valores a receber devidos por servidores, fornecedores ou outras entidades, e adiantamentos concedidos a terceiros.

Os direitos que permaneceram registrados ao final de 2022 dizem respeito a adiantamento relativo ao auxílio alimentação de janeiro de 2023, créditos diversos a servidores e adiantamento a Universidade Federal do Pará – UFPA, relativo ao Termo de Execução Descentralizada para implantação do modelo de Gestão de Competências. Quanto ao TED, apesar da prestação de contas de ter sido apresentada, encontra-se pendente de análise, impossibilitando a possível baixa do valor contabilizado.

em R\$ 1,00

<b>Créditos a curto prazo</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>AH(%)</b>
Adiantamentos concedidos	127.750,97	128.221,86	-0,37%
Adiantamento - Termo Execução Descentralizada	99.000,00	99.000,00	0,00%
<b>Total</b>	<b>226.750,97</b>	<b>227.221,86</b>	<b>-0,21%</b>

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021.

## NOTA 03 – ESTOQUE

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração por este Tribunal, com o objetivo de utilização própria no curso normal das atividades, mas que ainda não foram utilizados ou tiveram destinação específica.

O método utilizado para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, método em que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período, conforme inciso III, art. 106 da Lei nº. 4.320/64 e NBC TSP 04/2016.

em R\$ 1,00

<b>Estoques</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>AH(%)</b>
Material de processamento de dados	107.584,73	123.758,37	-13,07%
Material de expediente	84.625,51	129.385,14	-34,59%
Material de limpeza e prod. Higiene	45.124,31	17.649,46	155,67%
Material elétrico e eletrônico	31.273,99	40.874,56	-23,49%
Material de acondic. e embalagem	27.051,13	11.947,96	126,41%
Material de copa e cozinha	23.392,64	4.516,88	417,89%
Demais materiais	77.440,29	51.149,03	51,40%
<b>Total</b>	<b>396.492,60</b>	<b>379.281,40</b>	<b>4,54%</b>

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021.

## NOTA 04 – DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Apresenta os pagamentos antecipados de variações patrimoniais diminutivas (VPD) cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

O saldo está representado pelas importâncias pagas diminuídas das apropriações efetuadas no exercício, de forma a obedecer ao regime de competência.

Tais despesas são registradas de forma automática pelo SIAFI, a partir do cronograma de realização informado no documento hábil no momento da liquidação.

em R\$ 1,00

<b>VPDs pagas antecipadamente</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>AH(%)</b>
Assinaturas e anuidades	11.066,23	43.727,19	-74,69%
Aluguel de licença de software	440,84	373,77	17,94%
<b>Total</b>	<b>11.507,07</b>	<b>44.100,96</b>	<b>-73,91%</b>

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021.

**NOTA 05 – IMOBILIZADO**

No imobilizado são controlados os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

O imobilizado é composto por:

1. Bens móveis: que são registrados no Sistema de Patrimônio ASIWeb; e
2. Bens imóveis: que são registrados e geridos pela Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União do Ministério da Economia (SPU/ME)

Em 31 de dezembro 2022, o TRE-AC apresentou o saldo de R\$ 87.522.675,91, relacionados a imobilizado, que representa um incremento de 14,67% em relação ao ano de 2021, conforme detalhado a seguir.

**Imobilizado – composição**

em R\$ 1,00

<b>Descrição</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>AH(%)</b>
<b>Bens móveis</b>	<b>16.227.524,95</b>	<b>7.881.928,55</b>	<b>105,88%</b>
(+) Valor Bruto Contábil	27.495.818,45	17.486.811,47	57,24%
(-) Depreciação Acumulada	(11.268.293,50)	(9.604.882,92)	17,32%
<b>Bens imóveis</b>	<b>71.295.150,96</b>	<b>68.446.793,28</b>	<b>4,16%</b>
(+) Valor Bruto Contábil	71.333.874,12	68.819.866,91	3,65%
(-) Depreciação Acumulada	(38.723,16)	(373.073,63)	-89,62%
<b>Total</b>	<b>87.522.675,91</b>	<b>76.328.721,83</b>	<b>14,67%</b>

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021.

**NOTA 06 – BENS MÓVEIS**

Os bens móveis do Tribunal em 31 de dezembro de 2022 totalizavam, deduzida a depreciação, R\$ 16.227.524,95 e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhado na tabela a seguir.

Compreende os bens móveis que têm existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.

São gerenciados pela Seção de Material e Patrimônio (SEMAP), responsável pelas apropriações das aquisições pelos seus valores originais e pelo cálculo mensal da depreciação, através do sistema ASIWeb, pelo método de cotas constantes.

**Bens móveis - detalhamento**

em R\$ 1,00

<b>Descrição</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>AV(%)</b>	<b>AH(%)</b>
Aparelhos de medição	13.758,28	13.801,28	0,05%	-0,31%
Aparelhos e equip. de comunicação	77.135,61	84.528,61	0,28%	-8,75%
Apar. equip. med. odont. lab. hosp.	56.462,42	56.525,42	0,21%	-0,11%
Equip. proteção segurança e socorro	187.760,36	121.230,60	0,68%	54,88%
Máquinas e equipamentos energéticos	248.181,98	275.720,30	0,90%	-9,99%
Máquinas e equipamentos gráficos	170,00	170,00	0,00%	0,00%
Máq. ferram. e utens. de oficina	1.413,05	1.413,05	0,01%	0,00%
Acessórios para automóveis	10.419,99	10.419,99	0,04%	0,00%
Equipamentos hidráulicos e eletríc.	5.387,03	5.107,03	0,02%	5,48%

Máq. utensílios e equip. diversos	6.104,64	9.987,92	0,02%	-38,88%
Equip. de processamento de dados	19.627.760,81	11.788.096,00	71,38%	66,50%
Aparelhos e utensílios domésticos	613.366,72	598.311,75	2,23%	2,52%
Máq. inst. utensílios de escritório	11.314,83	21.848,68	0,04%	-48,21%
Mobiliário em geral	3.067.770,94	2.280.953,46	11,16%	34,50%
Coleções e materiais bibliográficos	19.619,79	86.217,21	0,07%	-77,24%
Equipamentos p/ áudio vídeo e foto	125.901,16	103.601,66	0,46%	21,52%
Obras de arte e peças para museu	7.325,90	7.325,90	0,03%	0,00%
Veículos diversos	8.004,42	5.998,94	0,03%	33,43%
Veículos de tração mecânica	3.151.720,00	1.879.610,00	11,46%	67,68%
Peças não incorporáveis a imóveis	256.240,52	135.943,67	0,93%	88,49%
Valor bruto	27.495.818,45	17.486.811,47	100,00%	57,24%
(-) Depreciação acumulada	(11.268.293,50)	(9.604.882,92)	-	17,32%
<b>Total</b>	<b>16.227.524,95</b>	<b>7.881.928,55</b>	-	<b>105,88%</b>

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021/ASIWeb

Dos bens móveis registrados no órgão, 71,38% referem-se a bens de tecnologia da informação ou bens de informática, principalmente aqueles que fornecem suporte às atividades relacionadas às eleições.

As variações mais relevantes ocorridas entre os exercícios de 2022 e 2021 decorrem dos seguintes eventos:

a. Equip. proteção segurança e socorro – variação de 54,88%:

- Aquisição de 3 (três) pórticos detectores de metal adequados a norma NIJ 0601-02 no valor de R\$ 58.799,40.

b. Equip. de processamento de dados – variação de 66,50%:

- Recebimento de:

- 1168 (mil seiscentos e sessenta e oito) urnas eletrônicas modelo 2020 no valor R\$ 4.805.969,60;
- 30 (trinta) notebooks do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no valor de R\$ 107.450,00.

- Aquisição de:

- 155 (cento e cinquenta) microcomputadores no valor R\$ 1.018.350,00;
- 06 (seis) servidores de rede no valor R\$ 780.000,00;
- 140 (cento e quarenta) notebooks no valor R\$ 739.200,00;
- 01 (uma) biblioteca de fitas (tape library) no valor de R\$ 247.080,00;
- 01 (um) appliance de backup em disco no valor R\$ 197.000,00;
- 01 (um) switch san no valor de R\$ 100.000,00;

- Baixa por doação de diversos equipamentos de informática ao Tribunal de Justiça do Acre, Instituto Brasileiros Amigos da Vida (IBAV) e Instituto de Administração Penitenciária do Estado do Acre (IAPEN) no valor de R\$ 266.938,03.

c. Mobiliário em geral – variação de 11,16%:

- Aquisição de:

- armários, mesas lineares e executivas, estações de trabalho e mesas de reunião no valor total de R\$ 176.034,00;
- 90 (noventa) de cadeiras tipo diretor no valor de R\$ 134.100,00;
- gaveteiros, poltronas e sofás no valor de R\$ 138.274,00.

- Baixa por doação de mobiliários diversos à Cooperativa CATAR e ao Instituto Brasileiros Amigos da Vida (IBAV) valor de R\$ 34.049,95, e baixa de bens inservíveis no total de R\$ 9.510,12.

d. Veículos de tração mecânica – variação – 11,46%

- Aquisição de 05 (cinco) caminhonetes cabine dupla no valor de R\$ 1.467.500,00;

- Baixa por alienação de 02 (duas) caminhonetes cabine dupla no valor de R\$ 195.390,00.

e. Depreciação acumulada;

- Lançamento de R\$ 507.179,50 em contrapartida a Ajuste de Exercícios Anteriores em razão da necessidade de correção dos valores contábeis das Urnas Eletrônicas modelos 2013 e 2015.

Ainda quanto a movimentação dos bens móveis, relevante informar que os seguintes eventos foram registrados à conta de Ajustes de Exercícios Anteriores, por terem seus fatos geradores ocorrido em exercícios passados:

- I. Doações realizadas à Cooperativa CATAR e ao Instituto Brasileiros Amigos da Vida (IBAV) e a alienação de veículos, no valor líquido de depreciação de R\$ 128.448,08;
- II. Correção da depreciação das urnas modelo 2013 e 2015, no valor de R\$ 507.179,50.

A seguir apresenta-se quadro demonstrativo da depreciação acumulada dos Bens Móveis retratando o exercício de 2022, por conta contábil.

**Imobilizado – bens móveis - detalhamento**

em R\$ 1,00

Conta	Vida Útil (anos)	Taxa residual	Valor bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido
Aparelhos de medição	15	10%	13.758,28	(8.261,77)	5.496,51
Aparelhos e equip. De comunicação	10	20%	77.135,61	(51.039,91)	26.095,70
Apar. equip. Med. Odont. Lab. Hosp.	15	20%	56.462,42	(30.839,10)	25.623,32
Equip. proteção segurança e socorro	10	10%	187.760,36	(70.400,85)	117.359,51
Máquinas e equipamentos energéticos	10	10%	248.181,98	(142.743,73)	105.438,25
Máquinas e equipamentos gráficos	15	10%	170,00	(153,00)	17,00
Máq. ferram. e utens. De oficina	10	10%	1.413,05	(891,43)	521,62
Acessórios para automóveis	5	10%	10.419,99	(6.720,90)	3.699,09
Equipamentos hidráulicos e eletric.	10	10%	5.387,03	(3.074,63)	2.312,40
Máq. utensílios e equip. Diversos	10	10%	6.104,64	(2.682,27)	3.422,37
Equip. de processamento de dados	5	10%	13.085.738,09	(7.855.477,42)	5.230.260,67
Equip. de processamento de dados (urnas eletrônicas)	10	10%	6.542.022,72	(975.933,14)	5.566.089,58
Aparelhos e utensílios domésticos	10	10%	613.366,72	(324.460,85)	288.905,87
Máq. inst. utensílios de escritório	10	10%	11.314,83	(6.344,96)	4.969,87
Mobiliário em geral	10	10%	3.067.770,94	(923.640,89)	2.144.130,05
Coleções e materiais bibliográficos	10	0%	19.619,79	(3.825,24)	15.794,55
Equipamentos p/ áudio vídeo e foto	10	10%	125.901,16	(51.948,69)	73.952,47
Obras de arte e peças para museu	-	-	7.325,90	-	7.325,90
Veículos diversos	15	10%	8.004,42	(3.535,75)	4.468,67
Veículos de tração mecânica	15	10%	3.151.720,00	(723.448,38)	2.428.271,62
Peças não incorporáveis a imóveis	10	10%	256.240,52	(82.870,59)	173.369,93
<b>Total</b>			<b>27.495.818,45</b>	<b>(11.268.293,50)</b>	<b>16.227.524,95</b>

Fonte: SIAFI, 2022/ASIWeb.

## NOTA 07 – BENS IMÓVEIS

Os bens imóveis do TRE-AC são classificados como de uso especial uma vez que são destinados ao serviço ou estabelecimento da Administração Pública. Na União, a gestão dos bens imóveis é realizada pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU), por meio de sistema próprio de gerenciamento da utilização dos imóveis, o SPIUnet.

Dessa forma, apesar deste Tribunal ser a entidade que os utiliza, há que se considerar que a Secretaria de Patrimônio da União é a unidade responsável por autorizar a ocupação dos imóveis públicos federais, estabelecer diretrizes para permissão de uso, doação ou cessão gratuita e, também, pelo cálculo e escrituração da depreciação desses bens, tanto no sistema de controle (SPIUnet), quanto no SIAFI, e por conseguinte, nos registros contábeis deste órgão.

Assim, não raro, as notas explicativas do TRE-AC, e de diversos outros da administração pública federal, restam prejudicadas quanto a esse grupo de ativos, em especial no que diz respeito à divulgação do método de avaliação, reavaliação e cálculo da depreciação dos bens de uso especial registrados no SPIUnet.

Não obstante naquele sistema os imóveis deste Tribunal estarem com valores segregados entre edifícios e terrenos, a informação para escrituração enviada ao SIAFI indica a integralidade do valor na conta de edifícios, dessa forma, contabilmente, não há valores escriturados na rubrica de terrenos do TRE-AC, todavia não há divergência no valor total dos bens de uso especial contabilizados e os apresentados no sistema da SPU.

A composição contábil total dos imóveis do TRE-AC:

	em R\$ 1,00			
Descrição	2022	2021	AV(%)	AH(%)
Bens de uso especial registrados no SPIUnet	71.199.743,58	68.482.810,54	99,81%	3,97%
Instalações	134.130,54	337.056,37	0,19%	-60,21%
<b>Valor bruto</b>	<b>71.333.874,12</b>	<b>68.819.866,91</b>	<b>100,00%</b>	<b>3,65%</b>
(-) Depreciação Acumulada	(38.723,16)	(373.073,63)	-	-89,62%
<b>Total</b>	<b>71.295.150,96</b>	<b>68.446.793,28</b>	-	<b>4,16%</b>

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

De acordo com a tabela anterior, os “Bens de uso especial registrados no SPIUnet” correspondem a 99,81% de todos os bens imóveis reconhecidos no Balanço Patrimonial, perfazendo o montante de R\$ 71.199.743,58 em 31/12/2022:

Bens de uso especial registrados no SPIUnet			em R\$ 1,00
Imóvel	Benfeitoria	Terreno	Total
Fórum Eleitoral de Brasileia	400.000,00	81.637,89	481.637,89
Fórum Eleitoral de Cruzeiro do Sul	3.835.800,00	537.200,00	4.373.000,00
Fórum Eleitoral de Feijó	441.400,00	54.900,00	496.300,00
Sede Administrativa	51.906.216,28	3.270.500,00	55.176.716,28
Depósito de Urnas/CAE	5.500.000,00	2.732.177,12	8.232.177,12
Fórum Eleitoral de Sena Madureira	403.300,00	65.890,00	469.190,00
Fórum Eleitoral de Tarauacá	450.000,00	47.941,74	497.941,74
Fórum Eleitoral de Xapuri	485.875,00	58.212,00	544.087,00
Fórum Eleitoral de Senador Guiomard	471.485,00	53.010,00	524.495,00
Posto de Atendimento Eleitoral do Bujari	113.500,00	28.170,00	141.670,00
Posto de Atendimento Eleitoral do Porto Acre	113.500,00	27.389,25	140.889,25
Posto de Atendimento Eleitoral do Jordão	113.500,00	8.139,30	121.639,30
<b>Valor bruto</b>	<b>64.234.576,28</b>	<b>6.965.167,30</b>	<b>71.199.743,58</b>

Fonte: SPIUnet, dez/2022

Quanto as variações ocorridas entre os exercícios de 2022 e 2021 são reflexos das seguintes movimentações:

- a. Ingresso e baixa de “Obras em andamento”, de R\$ 1.071.398,15 relativo a construção da nova sede da Secretaria do Tribunal, referente ao ajuste de preço deferido após a conclusão da obra, formalizado por meio do 17º Termo Aditivo ao Contrato TRE-AC n. 030/2016;
- b. Outorga a este Tribunal (ingresso na conta de bens imóveis registrados no SPIUnet) do imóvel localizado no município de Feijó que passa a ser utilizado como Fórum Eleitoral naquela cidade, no valor de R\$ 456.739,50;
- c. Baixa de “Instalações” de R\$ 202.925,83 decorrente do desfazimento de bem inservível, no caso 01 (um) grupo gerador, doado à Prefeitura Municipal de Rio Branco;
- d. Reavaliação dos seguintes imóveis:

<b>Reavaliação de bens imóveis - SPIUnet</b>		<b>em RS 1,00</b>
<b>Imóvel</b>		<b>Total</b>
Fórum Eleitoral de Brasileira		62.637,89
Fórum Eleitoral de Cruzeiro do Sul		647.500,00
Fórum Eleitoral de Feijó		39.560,50
Depósito de Urnas/CAE		1.045.769,41
Fórum Eleitoral de Sena Madureira		148.190,00
Fórum Eleitoral de Tarauacá		58.935,63
Fórum Eleitoral de Xapuri		113.520,71
Fórum Eleitoral de Senador Guiomard		80.956,67
Posto de Atendimento Eleitoral do Bujari		22.114,01
Posto de Atendimento Eleitoral do Porto Acre		21.995,51
Posto de Atendimento Eleitoral do Jordão		19.013,21
<b>Valor bruto</b>		<b>2.260.193,54</b>

Dentre os bens que compõem o presente grupo de ativos, não foi reavaliado apenas o imóvel em que está localizada a Sede Administrativa do TRE-AC, por ter passado a constar do SPIUnet a partir de novembro/2021.

Destaque-se que apesar de o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP 9ª edição – determinar que a reavaliação dos bens imóveis deveriam ser levadas à conta de Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido, a contabilização ocorreu em conta de resultado (VPA – Reavaliação de bens imóveis).

Importante destacar que a parametrização dos sistemas (SIAFI e SPIUnet) para adequado registro contábil extrapola a competência deste Tribunal. Desde o início do exercício de 2022, o Tribunal Superior Eleitoral através Seção de Contabilidade Analítica – SECONTA, tem comunicado o fato à Coordenação-Geral de Contabilidade da União/Tesouro Nacional, que afirmou entender a relevância do fato e comunicado à Superintendência do Patrimônio da União para os devidos ajustes. Ajustes esses que não ocorreram até o término do exercício de 2022.

Quanto à depreciação acumulada, a variação negativa de 89,62%, é reflexo da baixa de R\$ 365.483,47 à conta de Ajuste de Exercícios Anteriores, realizado pelo Secretaria de Patrimônio da União em virtude das reavaliações dos imóveis ocorridas em exercícios anteriores em que a depreciação não foi reiniciada após aquele procedimento.

Obedecendo ao que estabelece a NBC TSP 07, item 88.e, apresenta-se a seguir a conciliação do valor contábil do imobilizado no início e no final do período, conforme movimentação já detalhada nas notas específicas dos bens móveis e imóveis.

**Imobilizado - movimentação/conciliação**

em R\$ 1,00

Descrição	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Adições	Baixas	Transferência entre TSE/UGs	Reavaliações/Ajustes	Saldo em 31 de dezembro de 2022
<b>Bens Móveis</b>	<b>17.486.811,47</b>	<b>10.603.518,16</b>	<b>(711.561,18)</b>	<b>117.050,00</b>	<b>0,00</b>	<b>27.495.818,45</b>
Equipamento de tec. da inf. e com.	11.788.096,00	7.989.552,84	(266.938,03)	117.050,00	0,00	19.627.760,81
Mobiliário em geral	2.280.953,46	830.377,55	(43.560,07)	0,00	0,00	3.067.770,94
Veículos	1.879.610,00	1.467.500,00	(195.390,00)	0,00	0,00	3.151.720,00
Aparelhos e utensílios domésticos	598.311,75	63.822,39	(48.767,42)	0,00	0,00	613.366,72
Peças não incorporáveis a imóveis	135.943,67	152.095,50	(31.798,65)	0,00	0,00	256.240,52
Máquinas e equipamentos energéticos	275.720,30	0,00	(27.538,32)	0,00	0,00	248.181,98
Demais bens móveis	528.176,29	100.169,88	(97.568,69)	0,00	0,00	530.777,48
<b>(-) Dep. Acumulada</b>	<b>(9.604.882,92)</b>	<b>(1.621.822,19)</b>	<b>505.036,91</b>	<b>(39.445,80)</b>	<b>(507.179,50)</b>	<b>(11.268.293,50)</b>
<b>Total - Bens Móveis</b>	<b>7.881.928,55</b>	<b>8.981.695,97</b>	<b>(206.524,27)</b>	<b>77.604,20</b>	<b>(507.179,50)</b>	<b>16.227.524,95</b>
<b>Bens Imóveis</b>	<b>68.819.866,91</b>	<b>1.528.137,65</b>	<b>(1.274.323,98)</b>	<b>0,00</b>	<b>2.260.193,54</b>	<b>71.333.874,12</b>
Edifícios	68.482.810,54	456.739,50	0,00	0,00	2.260.193,54	71.199.743,58
Obras em andamento	0,00	1.071.398,15	(1.071.398,15)	0,00	0,00	0,00
Instalações	337.056,37	0,00	(202.925,83)	0,00	0,00	134.130,54
<b>(-) Dep. Acumulada</b>	<b>(373.073,63)</b>	<b>(31.133,00)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>365.483,47</b>	<b>(38.723,16)</b>
<b>Total - Bens Imóveis</b>	<b>68.446.793,28</b>	<b>1.497.004,65</b>	<b>(1.274.323,98)</b>	<b>0,00</b>	<b>2.625.677,01</b>	<b>71.295.150,96</b>
<b>Total - Imobilizado</b>	<b>76.328.721,83</b>	<b>10.478.700,62</b>	<b>(1.480.848,25)</b>	<b>77.604,20</b>	<b>2.118.497,51</b>	<b>87.522.675,91</b>

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021/ASIWeb.

#### NOTA 07A – BENS IMÓVEIS – ATIVOS CONTINGENTES

O Tribunal Regional Eleitoral do Acre realizou em 2021 o 1º Inventário de Bens Imóveis, e foi identificado que os edifícios onde funcionam os Postos de Atendimento de Rodrigues Alves e Mâncio Lima não estão registrados neste órgão, nem no SPIUnet, conforme consta no relatório emitido ao final do levantamento:

*Dois imóveis próprios, PAE's de Rodrigues Alves e Mâncio Lima, não estão registrados no SPIUnet, pois as leis municipais apontam como beneficiário o Tribunal Regional Eleitoral, quando deveria ser a União, verdadeira beneficiária desse tipo de doação. O Tribunal Regional Eleitoral do Acre é apenas cessionário de tais bens, propriedade da União. **Tal erro impossibilita o registro no SPIUnet e a transferência imobiliária junto às serventias judiciais respectivas por parte da Superintendência do Patrimônio da União (SPU). Ofícios foram encaminhados às prefeituras municipais para alteração das leis de doação, consoante procedimentos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) nº 0002671-84.2021.6.01.8000 e 0002671-84.2021.6.01.8000 (sic) [0002668-32.2021.6.01.8000], respectivamente.***

Em atendimento à recomendação da Auditoria Interna deste órgão, os imóveis, mensurados ao valor de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), com base no estabelece o item 47 da NBC TSP 07 e tendo em vista os valores dos Postos de Atendimento de Bujari e Porto Acre, foram registrados como ativos contingentes (classes 7 e 8).

#### NOTA 08 – INTANGÍVEL

No grupo de intangíveis são registrados ativos não monetários, sem substância física, identificáveis, controlados pela entidade e geradores de benefícios econômicos futuros ou serviços potenciais, sendo mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada, e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que hajam sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável.

No exercício de 2022 não houve registro de amortização, pois os intangíveis que sofrem amortização já foram totalmente amortizados

	em R\$ 1,00		
Descrição	2022	2021	AH(%)
Softwares de vida útil definida	249.748,00	249.748,00	0,00%
Softwares de vida útil indefinida	333.047,95	333.047,95	0,00%
<b>Total - Softwares</b>	<b>582.795,95</b>	<b>582.795,95</b>	<b>0,00%</b>
<b>(-)Amortização Acumulada</b>	<b>-249.748,00</b>	<b>-249.748,00</b>	<b>0,00%</b>
<b>Total</b>	<b>333.047,95</b>	<b>333.047,95</b>	<b>-</b>

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021.

## PASSIVO

### NOTA 09 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO

As obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistências a pagar de curto prazo compreendem os compromissos referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios a que os empregados ou servidores tenham direito. Compreendem também as aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar e benefícios a pagar, e apresentam os seguintes saldos:

em R\$ 1,00			
Descrição	2022	2021	AH(%)
Salários, remunerações e benefícios	126.688,27	7.328,83	1628,63%
Férias a pagar	1.200.716,72	1.380.980,00	-13,05%
INSS-Contrib.s/Salários e remun.	13.657,85	1.196,59	1041,40%
INSS-Contrib.s/Serviços de terceiros	1.814,61	0,00	100,00%
<b>Total</b>	<b>1.342.877,45</b>	<b>1.389.505,42</b>	<b>-3,36%</b>

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021.

O principal valor registrado (R\$ 1.200.716,72) se refere a provisão de férias, que é realizada mensalmente e baixada quando do gozo de férias por parte dos servidores.

A Justiça Eleitoral, através da Orientação SOF/TSE nº 010/2018, padronizou os procedimentos de apropriação de férias consoante a Macrofunção SIAFI nº 02.11.42 – Folha de Pagamento. Tais procedimentos, são aplicados desde 2018 e foram objetos de determinação contida no Acórdão nº 1322/2018 do Tribunal de Contas da União –TCU/Plenário.

A apropriação mensal das férias é calculada na proporção de 1/3 (um terço) + 1 (um inteiro) sobre a base de cálculo de férias. A base de cálculo mensal da apropriação é obtida através da dedução da remuneração mensal do servidor de valores que não compõem a rubrica de férias tais como: auxílio-transporte, auxílio-alimentação, auxílio pré-escola, reembolso farmacêutico/odontológico, dentre outros benefícios/auxílios.

A rotina de férias tem por objetivo efetuar a apropriação do pagamento do abono constitucional (1/3) de férias, além de registrar a apropriação por competência relativa às férias dos servidores do Tribunal, para que essa entidade demonstre os saldos das contas patrimoniais de forma fidedigna à realidade, conforme determinam as normas contábeis vigentes.

### NOTA 10 – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo compreendem as obrigações junto a fornecedores de serviços e materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, com vencimento no curto prazo, não restaram valores relevantes pendentes de pagamento ao término do exercício 2022, visto o quadro a seguir:

em R\$ 1,00			
Descrição	2022	2021	AH(%)
OI S.A. – Em Recuperação Judicial	7.585,15	23.218,00	-67,33%
VIP Multiserviços e Consultoria Ltda	19.418,88	0,00	0,00%
Demais	10.355,67	26.428,65	-60,82%
<b>Total</b>	<b>37.359,70</b>	<b>49.646,65</b>	<b>-24,75%</b>

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021.

## NOTA 11 – DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

As obrigações não incluídas nos grupos anteriores que terão vencimento em curto prazo estão detalhadas abaixo:

em R\$ 1,00				
Fornecedor	Nota	2022	2021	AH(%)
Retenção Previdenciária - FRGPS	I	115.262,39	-	0,00%
ISS	II	3.856,64	-	0,00%
Depósitos retidos de fornecedores	III	86.019,44	12.660,96	579,41%
Outros		1.606,31	1.789,30	-10,23%
<b>Total</b>		<b>206.744,78</b>	<b>14.450,26</b>	<b>1330,73%</b>

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021.

Nota I – Retenção Previdenciária - FGPS

Registra o valor das retenções de INSS, decorrente dos serviços contratados, a serem recolhidos ao fundo do Regime Geral de Previdência Social – FRGPS, de acordo com a Lei nº 8.212, art. 31, e Instrução Normativa RFB nº 2110/2022, art. 110.

Nota II – ISS

Valores retidos em consignação por força da Lei Complementar n. 116/20, em situações que este Tribunal, como parte contratante, atua como substituto tributário.

Nota III – Depósitos retidos de fornecedores

São valores de obrigações retidos cautelarmente de fornecedores em razão de possível aplicação de multas e (ou) outras determinações. A relevante variação percentual (579,41%) em relação ao exercício anterior é reflexo das retenções ocorridas e ainda pendente de definição acerca da destinação a ser dada ao recurso (devolução ao fornecedor ou recolhimento de multa).

## PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### NOTA 12 - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

O resultado dos registros efetivados em 2022 à título de ajustes de exercícios anteriores totaliza o montante de R\$ 445.473,73.

em R\$ 1,00	
Descrição	Valor
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>-229.488,82</b>
<b>Transferência para "Resultados de Exercícios Anteriores"</b>	<b>229.488,82</b>
<b>Passivo anterior - execução orçamentária</b>	<b>(175.329,62)</b>
Reconhecimento de despesa com pessoal	(53.275,65)
Reconhecimento de despesa com fornecedores	(122.053,97)
<b>Procedimentos contábeis - registro patrimonial</b>	<b>-270.144,11</b>
Ajuste - Depreciação acumulada - Imóveis - SPIUnet	365.483,47
Ajuste - Depreciação acumulada - Móveis - Urnas 2013 e 2015	(507.179,50)
Ajuste - Depreciação acumulada - Bens baixados extemporaneamente	(128.448,08)
<b>Movimentação total do exercício - Saldo em 31/12/2022</b>	<b>-445.473,73</b>

Fonte: SIAFI, 2022.

## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

### VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

#### NOTA 13 – TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS

São as transferências financeiras recebidas, fruto da programação para pagamento de despesas do exercício e de restos a pagar. Varia de um ano para outro, de acordo com a lei orçamentária anual e os limites definidos no decreto de programação financeira.

O TRE-AC não possui receita própria, ou seja, não realiza arrecadação para cobrir os gastos com suas atividades, recebendo, para tanto, recursos financeiros do Tesouro Nacional, via Sub-repasse do TSE, para fazer face aos pagamentos de despesas com pessoal e encargos, benefícios previdenciários (aposentadorias e pensões) e contratuais necessárias ao cumprimento de seu objetivo institucional.

Nos comparativos anuais nota-se que tanto as despesas (VPDs) quanto e, por consequência daquela, as transferências (VPAs), são maiores nos anos eleitorais, em relação aos anos não eleitorais.

Em 2022 não foi diferente, esta rubrica variou 15,83% positivamente em relação ao exercício de 2021.

#### NOTA 14 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS E OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVO:

Compreende os valores dos bens permanentes (notebooks – R\$ 107.450,00 e urnas eletrônicas modelo 2020 – R\$ 4.805.969,60) e de consumo (equipamentos de firewall e baterias, memórias de resultado, cartelas de lacres todos para urnas eletrônicas – R\$ 217.135,31) recebidos de outros Regionais Eleitorais ou do Tribunal Superior Eleitoral, e, do imóvel onde está localizada a 7ª Zona Eleitoral, que retornou ao ativo deste Tribunal ao valor de R\$ 456.739,50.

Os elevados valores apresentados em 2021 retrataram a regularização – registro no SPIUnet – da sede Administrativa do Tribunal (R\$ 55.176.716,28) e do Fórum da 4ª Zona Eleitoral (R\$ 3.725.500,00).

em R\$ 1,00

Descrição	2022	2021	AH(%)
Outras Transferências e Delegações Recebidas	630.176,64	5.020.212,61	-87,45%
Ganhos com Incorporação de Ativos	4.960.187,88	55.860.875,53	-91,12%
<b>Total</b>	<b>5.590.364,52</b>	<b>60.881.088,14</b>	<b>-90,82%</b>

#### NOTA 15 – REAVALIAÇÃO DE ATIVOS

Essa rubrica apresenta os valores relativos às reavaliações dos bens imóveis, conforme informado na Nota 07, sub-nota Reavaliação de bens imóveis – SPIUnet.

#### NOTA 16 - OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

O montante demonstrado no item se refere às multas administrativas cobradas de empresas e pessoas que descumpriram contrato administrativo ou a lei eleitoral, assim como indenizações, ressarcimentos e registro de débitos a receber de servidores.

### VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

#### NOTA 17 - PESSOAL E ENCARGOS

A movimentação de despesa de pessoal dos Tribunais Eleitorais apresenta elevação nos anos eleitorais em virtude da necessidade de realização de serviços extraordinários pelos servidores, em decorrência das Sessões Extraordinárias do Pleno do Tribunal, e em virtude do pagamento do benefício alimentação aos

colaboradores (mesários, escrutinadores, motoristas, supervisores dos locais de votação e auxiliares de juiz) que prestaram serviço a esta Justiça Especializada.

Dessa forma, sendo o exercício de 2022 ano eleitoral, observa-se que houve aumento de 10,59% em relação à 2021, e em valores financeiros representa R\$ 4.118.686,15.

em R\$ 1,00			
<b>Despesa</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>AH(%)</b>
<b>Remuneração a Pessoal</b>	<b>32.953.506,18</b>	<b>30.997.645,72</b>	<b>6,31%</b>
Vencimentos e salários	9.670.659,02	7.801.068,64	23,97%
Abonos	52.867,88	98.532,60	-46,34%
Adicionais	33.751,44	33.751,44	0,00%
Gratificações	18.280.662,50	18.145.852,17	0,74%
Férias	2.794.149,04	2.773.591,51	0,74%
13º Salário	2.121.416,30	2.144.849,36	-1,09%
<b>Encargos Patronais</b>	<b>5.001.645,29</b>	<b>5.094.772,34</b>	<b>-1,83%</b>
Contribuição patronal para o RPPS	4.825.692,62	4.911.433,52	-1,75%
Contribuições previdenciárias - INSS	151.720,61	155.780,82	-2,61%
Complementação de previdência - FUNPRESP-JUD	24.232,06	27.558,00	-12,07%
<b>Benefícios a Pessoal</b>	<b>1.778.600,09</b>	<b>1.694.303,56</b>	<b>4,98%</b>
Auxílio alimentação	1.468.707,65	1.355.480,09	8,35%
Auxílio creche	309.892,44	338.823,47	-8,54%
<b>Outras Var. Patr. Diminutivas - Pessoal e Encargos</b>	<b>3.289.873,70</b>	<b>1.118.217,49</b>	<b>194,21%</b>
Requisitado de outros órgãos - União	0,00	96.989,93	-100,00%
Requisitado de outros órgãos - Estado do Acre	1.055.849,04	959.645,02	10,02%
Requisitado de outros órgãos - Município de Rio Branco	140.084,66	61.582,54	127,47%
Benefício alimentação - colaboradores Eleições 2022	2.093.940,00	0,00	0,00%
<b>Total</b>	<b>43.023.625,26</b>	<b>38.904.939,11</b>	<b>10,59%</b>

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021.

#### NOTA 18 - USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO

##### i. Uso de serviços e material de consumo

Da mesma forma que ocorre com a despesa de pessoal, a de serviços e material de consumo também é impactada com aumento de valores em anos eleitorais.

Desta feita, no comparativo entre os exercícios de 2022 e 2021, ano eleitoral e não eleitoral, respectivamente, nota-se elevação no consumo de materiais no percentual de 550,26%, e em serviços de 99,70%.

Dentre os materiais que tem o consumo aumentado nos anos eleitorais destacam-se: combustíveis, material de expediente, processamento de dados, elétrico e eletrônicos e de proteção e segurança.

Quanto aos serviços, merece destaque o incremento de dispêndios com diárias e a contratação de fretamento de aeronave, transporte de materiais e pessoas, digitadores, filmagem e sistema móvel de transmissão de voz e dados via satélite.

ii. Depreciação, Amortização e Exaustão

Em decorrência do substancial aumento de valores imobilizados do exercício de 2021 para o de 2022 (móveis R\$ 10 milhões e imóveis R\$ 2,5 milhões), observou-se um incremento de 40,16% na despesa com depreciação no comparativo entre os dois períodos.

em R\$ 1,00

<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>AH(%)</b>
Uso de Material de Consumo	1.725.561,59	265.366,00	550,26%
Serviços	11.907.896,30	5.962.764,71	99,70%
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.652.955,19	1.179.374,60	40,16%
<b>Total</b>	<b>15.286.413,08</b>	<b>7.407.505,31</b>	<b>106,36%</b>

**NOTA 19 - TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS**

i. Transferências Intragovernamentais

As Transferências Intragovernamentais dizem respeito às multas administrativas cobradas de empresas e pessoas físicas que descumpriram contrato administrativo ou a lei eleitoral, assim como diárias e suprimentos de fundos devolvidos e repassados à Secretária do Tesouro Nacional – STN.

ii. Outras Transferências e Delegações Concedidas

A conta Outras Transferências e Delegações Concedidas evidencia a redução do patrimônio que se deu em virtude da transferência da depreciação acumulada de bens encaminhados por outros Tribunais ao TRE-AC e à baixa correspondente aos bens móveis doados por este Tribunal.

**NOTA 20 - DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS**

Do montante de R\$ 1.287.622,50 correspondente à Desincorporação de Ativos, R\$ 1.071.398,15 referem-se ao ajuste de preço deferido após a conclusão da obra, formalizado por meio do 17º Termo Aditivo ao Contrato TRE-AC n. 030/2016, relativo à construção da nova sede da Secretaria do Tribunal e R\$ 202.925,83 decorrem do desfazimento de bem inservível, (grupo gerador), doado à Prefeitura Municipal de Rio Branco.

**NOTA 21 – RESULTADO PATRIMONIAL**

O resultado patrimonial corresponde à diferença entre o valor total das variações patrimoniais aumentativas e o valor total das variações patrimoniais diminutivas de um dado período.

Em 2022, o resultado patrimonial superavitário correspondeu ao montante de R\$ 11.666.955,07, apurado pela diferença da variação patrimonial aumentativa de R\$ 79.986.853,31 e a variação patrimonial diminutiva de R\$ 68.319.898,24.

## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas, em confronto com as realizadas, conforme dispõe o art. 102 da Lei 4.320/64. As receitas no Balanço Orçamentário são detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. As despesas são detalhadas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as liquidadas, as pagas e o saldo da dotação.

Nele estão demonstradas as receitas e despesas do TRE-AC, confrontado os montantes previstos com realizados em cumprimento da [Lei n. 14.303, de 21 de janeiro de 2022](#).

O regime orçamentário é aquele disposto no art. 35 da Lei n. 4.320, de 17 de março de 1.964, qual seja, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e despesas legalmente empenhadas.

As notas explicativas apresentadas abaixo são suplementares, para melhor entendimento da execução orçamentária deste órgão recomenda-se acessar os seguintes relatórios:

- I – [Dotação e execução orçamentária – 2022 – Modelo instituído pela Resolução do Conselho Nacional de Justiça n.º 102/2009 – Anexo II](#);
- II – [Inscrição em restos a pagar não-processados – 2022 – Modelo instituído pela Resolução do Conselho Nacional de Justiça n.º 102/2009 – Anexo I](#);
- III – [Relatório de Gestão Fiscal – Competência janeiro 2022 a dezembro de 2022](#);
- IV – [Painel do Orçamento Federal – Possibilita o acesso analítico, sintético e geração de relatórios acerca dos orçamentos desde o ano 2000](#);

### NOTA 22 – RECEITA - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O déficit é a diferença negativa entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas. O resultado deficitário da receita de R\$ 71.779.798,65, no Tribunal Regional Eleitoral do Acre no exercício de 2022, ocorreu em virtude de os recursos serem todos provenientes de sub-repasse do Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Este Tribunal não é um agente arrecadador, apenas executa despesas orçamentárias para prestação dos serviços públicos e realiza investimentos.

### NOTA 23 – DESPESA – TOTAL

A coluna Saldo da Dotação demonstra a diferença da despesa autorizada e a executada - dotação atualizada subtraída das despesas empenhadas.

Nota-se saldo negativo de R\$ 11.733.016,65. Na verdade, não houve déficit. Este resultado corresponde à dotação executada para realizar as Eleições de 2022, recebida do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, a título de provisão, incluída na coluna despesa empenhada, mas não computada na coluna dotação atualizada. Afastados os gastos relativos à unidade orçamentária 14101 – TSE, ou seja, aqueles relativos à realização das Eleições 2022, o Balanço Orçamentário evidencia saldo positivo – sobra orçamentária de R\$ 292.818,19, conforme demonstrado abaixo:

#### DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS – Unidade orçamento 14102 – TRE-AC

em R\$ 1,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>54.887.919,00</b>	<b>54.603.935,30</b>	<b>53.186.813,57</b>	<b>53.034.865,59</b>	<b>283.983,70</b>
Pessoal e Encargos Sociais	42.849.576,00	42.837.809,00	41.875.151,73	41.867.870,14	11.767,00
Outras Despesas Correntes	12.038.343,00	11.766.126,30	11.311.661,84	11.166.995,45	272.216,70
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>5.158.863,00</b>	<b>5.150.028,51</b>	<b>2.908.986,07</b>	<b>2.908.321,50</b>	<b>8.834,49</b>
Investimentos	5.158.863,00	5.150.028,51	2.908.986,07	2.908.321,50	8.834,49
<b>TOTAL</b>	<b>60.046.782,00</b>	<b>59.753.963,81</b>	<b>56.095.799,64</b>	<b>55.943.187,09</b>	<b>292.818,19</b>

**DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS – Unidade orçamento 14101 – TSE - Execução: TRE-AC** em R\$ 1,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	PROVISÃO RECEBIDA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>12.339.336,30</b>	<b>12.035.390,49</b>	<b>11.056.146,14</b>	<b>11.018.754,81</b>	<b>303.945,81</b>
Pessoal e Encargos Sociais	3.693.910,30	3.693.910,30	2.714.665,95	2.702.128,16	0,00
Outras Despesas Correntes	8.645.426,00	8.341.480,19	8.341.480,19	8.316.626,65	303.945,81
<b>TOTAL</b>	<b>12.339.336,30</b>	<b>12.035.390,49</b>	<b>11.056.146,14</b>	<b>11.018.754,81</b>	<b>303.945,81</b>

Em 2022, o TRE-AC além de receber provisões, concedeu. Foram descentralizados R\$ 9.555,65 ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná referente ao pagamento de gratificações aos servidores daquele Regional que atuaram como instrutores internos no Curso "Lei Geral de Proteção de Dados - Implementação prática na Justiça Eleitoral", na modalidade tele presencial.

**NOTA 23A – DOTAÇÃO INICIAL X DOTAÇÃO ATUALIZADA**

O aumento de R\$ 304.158,00 em relação à dotação inicial é resultado da abertura de créditos suplementares de R\$ 1.860.214,00 e do remanejamento de R\$ 844.000,00, deduzidos de cancelamentos que totalizaram R\$ 2.400.056,00, os quais foram remanejados ao TSE, assim divididos:

em R\$ 1,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTAR	CANCELAMENTO REMANEJAMENTO	DOTAÇÃO ATUALIZADA
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>55.427.761,00</b>	<b>1.860.214,00</b>	<b>(2.400.056,00)</b>	<b>54.887.919,00</b>
Pessoal e Encargos Sociais	42.337.502,00	709.271,00	(197.197,00)	42.849.576,00
Outras Despesas Correntes	13.090.259,00	1.150.943,00	(2.202.859,00)	12.038.343,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>4.314.863,00</b>	-	<b>844.000,00</b>	<b>5.158.863,00</b>
Investimentos	4.314.863,00	-	844.000,00	5.158.863,00
<b>TOTAL</b>	<b>59.742.624,00</b>	<b>1.860.214,00</b>	<b>(1.556.056,00)</b>	<b>60.046.782,00</b>

Fonte: SIAFI, 2022.

**NOTA 23B – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Considerando o enfoque orçamentário dado pelo art. 35 da Lei 4.320/1964, que reconhece a despesa empenhada (não cancelada) como despesa orçamentária realizada no exercício, percebe-se que no exercício de 2022 foram executados (empenhados) 99,51% do orçamento atualizado para o exercício, restando um saldo orçamentário de R\$ 1.689.175,01 (2,98%).

Do total executado, tem-se que 71,69% corresponde a despesa de pessoal, 19,69% outras despesas correntes, e 8,62% referem-se a investimentos.

em R\$ 1,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	AH(%)	AV(%)
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>54.887.919,00</b>	<b>54.603.935,30</b>	<b>99,48%</b>	<b>91,38%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	42.849.576,00	42.837.809,00	99,97%	71,69%
Outras Despesas Correntes	12.038.343,00	11.766.126,30	97,74%	19,69%
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>5.158.863,00</b>	<b>5.150.028,51</b>	<b>99,83%</b>	<b>8,62%</b>
Investimentos	5.158.863,00	5.150.028,51	99,83%	8,62%
<b>TOTAL</b>	<b>60.046.782,00</b>	<b>59.753.963,81</b>	<b>99,51%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI, 2022.

## BALANÇO FINANCEIRO

---

O Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. As receitas e despesas orçamentárias foram analisadas no relatório e nas notas explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais. Os ingressos e dispêndios extraorçamentários com alterações relevantes, por se tratar de grupos de contas do ativo e do passivo, foram analisados especificamente nas notas explicativas do Balanço Patrimonial.

### NOTA 24 – TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS

O Tribunal Regional Eleitoral do Acre não realiza arrecadação. Sua única fonte de recurso são sub-repasses do TSE. Tanto para cumprimento da execução do orçamento, como para execução dos restos a pagar.

### NOTA 25 – RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS

Os itens desse grupo correspondem aos ingressos não previstos no orçamento, como os saldos dos direitos transferidos do exercício anterior para recebimentos no exercício corrente, bem como as obrigações do exercício a serem pagas no exercício seguinte e os restos a pagar inscritos no exercício. Dentre os saldos de maior relevância, destacam-se os seguintes:

I – Inscrição dos Restos a Pagar:

Os restos a pagar inscritos no exercício são classificados como recebimentos extraorçamentários, para compensar sua inclusão na despesa orçamentária, conforme determina o parágrafo único do art. 103 da [Lei 4.320/1964](#).

- a) Inscrição dos Restos a Pagar Processados - R\$ 190.003,88;
- b) Inscrição dos Restos a Pagar não Processados - R\$ 4.637.408,52
  - i. Despesas de pessoal (servidores e autoridades eleitorais): R\$ 1.941.901,62;
  - ii. Despesas correntes (serviços de tecnologia e informação, material de consumo e serviços diversos): R\$ 454.464,46;
  - iii. Despesa de capital (equipamentos de tecnologia e informação e bens diversos): R\$ 2.241.042,44.

II – Outros Recebimentos Extraorçamentários:

Arrecadação de Outra Unidade, representa valores da arrecadação de guia de recolhimento da União, e imediatamente destinados (Dispêndios – Movimentos de Saldo Patrimoniais), em regra, ao Fundo Partidário ou à Secretaria do Tesouro Nacional.

### NOTA 26 – PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS

Correspondem aos dispêndios não previstos no orçamento, como os saldos de direitos no exercício corrente, para dispêndio no ano seguinte, e obrigações transferidas do exercício anterior, para pagamento no exercício em curso.

Dentre os saldos de maior relevância destaca-se o pagamento de restos a pagar não processados, no total de R\$ 4.622.211,31, número composto majoritariamente por despesa de capital:

- I. Equipamentos de tecnologia e informação: R\$ 2.395.290,74;
- II. Mobiliário em geral: R\$ 466.258,42;
- III. Obras em andamento: R\$ 1.071.398,15.



Poder Judiciário  
Tribunal Regional Eleitoral do Acre